

## POLÍTICA

À medida que se aproxima o momento do debate dos grandes temas, crescem as pressões sobre os constituintes. E aparecem os primeiros sinais de tensão.

# Tensão no Congresso

A tensão que dominou toda a sessão de ontem da Constituinte, motivada pelo assassinio de um suplente de deputado federal e líder do movimento pró-reforma agrária, no Pará (veja pág. 2), foi uma amostra do que poderá ocorrer de hoje até domingo, quando as comissões temáticas estarão tomando decisão sobre alguns dos mais polêmicos pontos do projeto da futura Constituição. Mas os líderes dos dois principais partidos — Mário Covas (PMDB) e José Lourenço (PFL) — fizeram apelos coincidentes em favor da concórdia, do entendimento. Covas, entretanto, assinalou: "A Constituinte dirá se as palavras são mais fortes que as armas".

Desde a parte da manhã já havia preocupação, na Constituinte, com os movimentos de pressão que estarão atuando, a partir de hoje, nas comissões, principalmente na da ordem econômica, onde se decidem questões como reforma agrária, estatização, monopólios estatais e empresas multinacio-

nais. A comissão vai reunir-se, a partir de hoje à tarde, no plenário da Câmara, e a Mesa da Constituinte mandou confeccionar crachás para controlar o acesso de populares às galerias.

Cerca de dois mil integrantes da UDR e mil da Contag já estão em Brasília para acompanhar a votação do capítulo da reforma agrária. O presidente da comissão, senador José Lins (PFL-CE), informou que vai distribuir, proporcionalmente, a cada integrante da comissão, os 936 lugares das galerias da Câmara.

Ontem, cerca de 300 participantes de um movimento pró-reforma agrária já circulavam pelas dependências da Câmara e, na parte da tarde, estiveram nas galerias aplaudindo os oradores, de todos os partidos, que condenavam o assassinato do suplente de deputado Paulo Fonteles. O fato foi trazido ao plenário, logo no início da sessão, pela deputada Irma Passoni (PT/SP), que pôs a culpa no governo federal.



Momento de tensão no Congresso: o anúncio do assassinato do suplente de deputado Paulo Fonteles.

Houve momentos de emoção. Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), com a voz por vezes embargada, lembrou que era "companheiro de lutas" de Fonteles, e revelou que, no Pará, fora divulgada uma lista de 15 pessoas marcadas para morrer por defenderem a

reforma agrária. Segundo Guerreiro, a "execução" começou pelo quinto; depois, vieram o quarto, o terceiro e o segundo, que era Paulo Fonteles. "E o primeiro da lista sou eu" — completou Benedito Monteiro (PMDB-PA), que terminou seu discurso com uma advertência: "Se impedirem a reforma agrária por meio da Constituição, ela será feita por uma ação armada".

Ademir Andrade (PMDB-PA), muito ligado também ao suplente de deputado assassinado, chamou a UDR de "entidade facista e terrorista" e, apesar de estar falando no horário destinado à liderança do PMDB, acusou o governo Sarney de "responsável pela morte de Paulo Fonteles".

Ulysses Guimarães lamentou a morte do suplente de constituinte e informou ter entrado em contato com o ministro da Justiça e com o governador Hélio Gueiros, do Pará, pedindo que seja feito rigoroso inquérito para apurar o crime "e punir exemplarmente os responsáveis".

Enquanto isso, trabalhadores rurais de todo o País (750 pessoas) passaram o dia cantando pelos corredores e salões do Congresso, num ensaio geral do coro popular que vão entoar na Comissão de Ordem Econômica. Vários parlamentares assistiram o ensaio dos trabalhadores na porta principal do plenário. A deputada Benedita da Silva (PT/RJ) e o deputado Lysâneas Maciel (PDT/RJ) acompanhavam com o pé o ritmo das músicas, que falavam do homem do campo e da distribuição de terras, intercaladas por palavras de ordem a favor da reforma agrária e gritos de protesto contra o assassinato de Paulo Fonteles.

Depois do ensaio, os trabalhadores rurais ocuparam as galerias da Câmara, para assistir os diversos discursos de denúncia do assassinato de Paulo Fonteles. Segundo os organizadores do movimento, eles só deixaram o Congresso na segunda-feira, depois de votado o capítulo da reforma agrária na Comissão de Ordem Econômica.

## PMDB Choque ideológico é inevitável

A liderança do senador Mário Covas não conseguiu firmar um só acordo em favor de propostas feitas por grupos mais à esquerda do partido, que começarão a ser votadas, hoje, pelas comissões temáticas, e a previsão é a de que os centristas ganharão nas votações na base de 40 contra cerca de 20 votos. Mas os peemedebistas ligados ao senador não perderam as esperanças de provar suas iniciativas e já articulam a mobilização popular, através de entidades de classes, para cobrar avanços dos constituintes, com relação às normas atuais, quando a matéria for ao plenário da Assembléia, na segunda quinzena de setembro.

O vice-líder do PMDB na Constituinte, deputado Antônio Britto admitiu, ontem, francamente, que, diante da estratégia da direita de não negociar uma só questão em discussão pelas comissões temáticas, mas disputá-las no voto, numa articulação da qual faz parte também o líder governista Carlos Sant'Anna, a liderança do seu partido não conseguiu nenhum acordo para possibilitar a aprovação de suas propostas.

Apesar disso, outro vice-líder na Constituinte o deputado Euclides Scalco, informou que os relatores do PMDB estão tentando negociações isoladas, tendo conseguido alguns entendimentos. Já o vice-líder do PMDB na Câmara, deputado Miro Teixeira, não acredita no desfecho positivo desses entendimentos.

Apesar dessas previsões, o deputado fluminense não se mostrou desanimado, informando que algumas entidades representativas de classe já entraram em contato com o partido com vistas a organizar a mobilização popular dirigida para a Constituinte. A idéia, inicialmente, é fazer carga em favor das eleições diretas.

Neste final de semana, segundo avaliações da liderança da Câmara, entre cinco e dez mil pessoas deverão acompanhar as votações nas comissões temáticas. O deputado Miro Teixeira considera que esse comparecimento maciço de populares no Congresso já é um início da grande mobilização popular que deverá ocorrer para pressionar os deputados e senadores na fase final dos debates no plenário.

A mesma avaliação em relação ao resultado das votações faz Antônio Britto, prevendo que a disposição de setores do partido em não negociar um só avanço com a liderança do PMDB levará a uma radicalização de consequências imprevisíveis na Assembléia. Conforme o parlamentar, como nenhum dos dois grupos possui os 280 votos necessários à aprovação de propostas no plenário, é quase impossível antecipar o que acontecerá na fase final dos trabalhos.

## FINANCEIRA Como evitar uma guerra entre os Estados

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, tentou ontem evitar que a votação da Comissão do Sistema Tributário, Or-

çamento e Finanças se transforme em uma guerra entre os constituintes do Norte-Nordeste e do Sul do País. Preocupado com o clima de confronto criado em torno da distribuição da arrecadação tributária, Ulysses telefonou ontem ao reator da Subcomissão de Tributos, Fernando Coelho, e a outros integrantes da comissão, pedindo um esforço para o entendimento.

O relator da comissão, deputado Serra, passou o dia em reuniões com representantes de todos os grupos, tentando chegar a um consenso para a votação. Ao longo da noite, depois de uma reunião com um grupo do Nordeste, as conversas se encaminhavam para um aumento do Fundo de Participação dos Estados, dos 18,5% da arrecadação do IR e do IPI previstos no substitutivo de Serra para algo em torno de 21% mantendo-se o critério atual de distribuição dos recursos: desse bolo, 20% ficariam exclusivamente com o Norte-Nordeste, e os 80% restantes seriam distribuídos por todos os estados, em parcelas proporcionais à população e inversamente proporcionais à renda per capita.

Essa distribuição do FPE, proposta pelo deputado paraibano João Agripino, satisfaria ao Norte-Nordeste. Para o Sul, o relator da comissão estaria considerando aceitar a idéia de criação de um fundo de compensação das isenções do ICM sobre produtos exportados, que seria formado a partir da retenção de 5% do IPI desses estados — esse fundo seria repartido proporcionalmente ao saldo de exportações e importações de cada estado da região. A proposta original de Serra para os estados do Centro-Sul, de retenção simples de 5% do IPI gerado em cada estado, beneficiaria principalmente São Paulo, que ficaria com algo em torno de

70% do bolo, segundo os constituintes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Neste clima de ansiedade das bancadas, Serra dizia ontem à noite que iria entrar pela madrugada redigindo os pareceres às emendas e preparando seu novo substitutivo, que será apresentado à comissão hoje, às 10h30. Enquanto isso, um grupo de parlamentares descontentes com o trabalho do relator preparava uma estratégia para tentar mudar seu parecer. Tendo em vista as divergências existentes, o grupo fez uma proposta de reforma tributária rejeitada pela comissão, o grupo reser seu espírito de apresentação do novo substitutivo, e propor o adiamento da reunião para a tarde. No intervalo, decidirá o que fazer.

## Para Simon, é a luta dos rotos e esfarrapados.

"Está tudo errado desde o início. Esta questão nunca deveria ter sido tratada dessa forma, colocando dolorosamente regiões contra regiões." O desabafo do governador gaúcho Pedro Simon, ontem de manhã, no Congresso, demonstra o grau de paixão regional a que chegou a discussão da distribuição dos tributos na Constituinte.

O reconhecimento do governador de que essa não é a melhor maneira de se discutir uma reforma tributária não era compartilhada por seus próprios liderados. Reunidos ontem de manhã, parlamentares

gaúchos de todos os partidos — até do PT — e presidentes das federações do comércio, indústria, sindicatos e cooperativas agrícolas declararam guerra ao substitutivo apresentado pelo relator da Comissão de Sistema Tributário, José Serra. Quase propuseram uma nova Revolução Farroupilha.

Do outro lado, governadores e parlamentares do Nordeste preferiram a conversa. Os governadores do Ceará, Pernambuco e Bahia telefonaram para parlamentares para fazer a mesma política enquanto técnicos da Sudene divididos em gruposariam os gabinetes apresentando projetos técnicos e econômicos. Mas a disposição era de partir para a briga, se não houvesse consenso. "Podemos ir também de Confederação do Equador, e fica tudo igual", ironizava um deputado pernambucano ontem à tarde.

A disputa pelo bolo dos tributos só interessa a um outro protagonista da questão, reconhecia também Simon: o governo federal, que anda apavorado com o volume de transferência de recursos aos Estados e municípios que os projetos discutidos na Constituinte vão forçar. A constatação do governador reforça a impressão, compartilhada por parlamentares dos dois grupos, de que o presidente Sarney estaria discretamente gostando da divisão entre Norte e Sul. Afinal, se houver consenso, fica mais fácil "morder" a parte do bolo que hoje pertence à União.

E o pior, comentava Simon, é que durante 20 anos o PMDB defendeu justamente isso: a descentralização da arrecadação tributária, para fortalecer Estados e municípios. E agora, termina participando de uma guerra entre rotos e esfarrapados.